

23% DA AMAZÔNIA PERDEU TOTALMENTE A CONECTIVIDADE ECOLÓGICA E PODE ESTAR ACELERANDO O “PONTO DE NÃO RETORNO”.

A fragmentação e destruição dos habitats amazônicos leva a ecossistemas menos resilientes e com menor capacidade de regular ciclos vitais como o do oxigênio, da água doce e da regulação do clima global, imprescindíveis para a vida no planeta.

A Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG) e a Aliança NorAmazônica (ANA) apresentam uma primeira análise sobre o estado da conectividade ecológica da Amazônia nos 9 países amazônicos entre 1985 e 2022.

Colômbia, 16 de outubro de 2024

Às vésperas da COP16 de Biodiversidade na Colômbia, a Amazônia se encontra em seu estado mais vulnerável e poderá atingir o chamado “ponto de não retorno” a um ritmo mais rápido do que se pensava. 23% da Amazônia (193 milhões de hectares) apresenta uma perda total de sua conectividade ecológica e outros 13% (108 milhões de hectares) estão em risco de perder essa conectividade de acordo com a última análise sobre o estado da conectividade ecológica nos 9 países amazônicos entre 1985 e 2022, desenvolvida conjuntamente pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG) e a Aliança Norte Amazônica (ANA).

A conectividade ecológica refere-se ao estado de continuidade da floresta, que é a capacidade de os ecossistemas permitirem a livre circulação de animais e todos os fluxos naturais que sustentam a vida no planeta. Imaginemos, por um momento, o cotidiano do macaco-barrigudo (*Lagothrix lagothricha*). Esse primata pode percorrer até 100 quilômetros em busca de alimento, para acasalar, migrar durante a estação seca ou buscar refúgio diante de incêndios florestais. Ao longo de seu trajeto, ele promove o fluxo de diversos processos: dispersa sementes de árvores, leva nutrientes para o solo, transporta pólen para as flores e atrai predadores que desempenham papéis essenciais na biodiversidade. Com uma boa conectividade ecológica, esses processos fluem e os ecossistemas cumprem suas funções, mantendo o equilíbrio.

Desafortunadamente, nas últimas décadas, muitos habitats selvagens foram destruídos, fragmentando a continuidade das florestas, devido a atividades econômicas como a agricultura e a mineração, gerando grandes perdas de conectividade ecológica. Entre 1985 e 2022, mais de 92 milhões de hectares de floresta e outras coberturas naturais foram perdidos e convertidos em culturas, pastagens, mineração e outros usos da terra, de acordo com os dados mais recentes do MapBiomas Amazônia, uma iniciativa da RAISG. Por cada hectare perdido, quase meio hectare é ecologicamente desconectado e quase outro hectare é degradado.

“Quando áreas de floresta ou outras coberturas naturais são perdidas, a conectividade ecológica é interrompida, afetando também as zonas adjacentes. Isso pode levar ao colapso dos ecossistemas, pois reduz a diversidade natural de espécies e restringe os complexos processos que ocorrem em ecossistemas não impactados.”, explica Adriana Rojas, líder técnica de Conectividade para a ANA e a RAISG.

Para a especialista, com a perda dessa condição, a Amazônia pode atingir o chamado “ponto de não retorno” em uma velocidade muito maior do que se pensava. Um limite de degradação irreversível que impactaria diretamente a vida de mais de 47 milhões de habitantes da Bacia Amazônica (Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) — entre eles, 410 povos indígenas —, assim como a dos habitantes das cidades andinas que dependem da Amazônia para o abastecimento de água; além de agravar a crise climática global que enfrentamos.

A CONEXÃO ENTRE OS ANDES E A AMAZÔNIA CORRE PERIGO

Entre os pontos mais críticos do estudo, destaca-se o corredor andino-amazônico na Colômbia, localizado entre os Parques Nacionais Serranía de Chiribiquete e Tinigua, a Cordilheira Los Picachos e a Sierra de La Macarena. Em apenas 38 anos, a conectividade ecológica dessa região foi drasticamente destruída. Em 1985, 11% do corredor formado entre essas áreas protegidas (mais de 69 mil hectares) havia perdido totalmente essa função; entretanto, esse percentual chegou a 76% (mais de 477 mil hectares) em 2022. Essa situação se agravou devido ao desmatamento provocado pela grilagem de terras, um fenômeno que se intensificou após o Acordo de Paz entre o Governo da Colômbia e as FARC em 2016.

“Esse era o ponto de conexão mais importante entre os Andes e a Amazônia na Colômbia. Muitas espécies transitam entre esses dois biomas em busca de alimento, para migrar ou acasalar, como os jaguares, os macacos-aranha e as borboletas *Heliconius*. Os Andes e a Amazônia são dois sistemas interdependentes; portanto, se esse corredor for perdido, é muito provável que toda a conexão entre ambos colapse, colocando em risco a biodiversidade, a dispersão de sementes, a polinização e o intercâmbio genético que compartilham. Esse último processo ocorre, por exemplo, quando um animal percorre vários quilômetros em busca de um parceiro de outras famílias de sua espécie, evitando a endogamia e garantindo genes menos suscetíveis a doenças”, explica Néstor Espejo, biólogo e integrante da equipe técnica responsável pelo estudo para a ANA e a RAISG.

TERRITÓRIOS INDÍGENAS E ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS SE CONSOLIDAM COMO ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA

Outro ponto preocupante é o estado de Rondônia, no Brasil, próximo à fronteira com a Bolívia, ao sul da Amazônia. Devido à rápida conversão de florestas em pastagens para pecuária, o estado passou de 15% de seu território (mais de 3 milhões de hectares) com desconexão ou barreira ecológica em 1985, para 49% (mais de 11 milhões de hectares) com perda total dessa função em 2022. A análise mostra como décadas de desmatamento transformaram os Territórios Indígenas, como Pacaás Novos, e as Áreas Naturais Protegidas (ANP) de Guaporé e o Parque Noel Kempff Mercado nos poucos bastiões de conservação com florestas saudáveis que ainda restam na região. No entanto, essas áreas enfrentam um alto risco de isolamento ou perda de conectividade com outras fontes de nutrientes e biodiversidade, comprometendo sua viabilidade no médio e longo prazo.

Assim como no restante da Amazônia, as Áreas Naturais Protegidas (ANPs) e os Territórios Indígenas parecem resistir ao avanço desenfreado de atividades humanas. No entanto, estão ficando isolados e desconectados em meio a um mar de ameaças para a biodiversidade e para a vida das comunidades tradicionais, como a agricultura de monocultivo, a pecuária em larga escala, a mineração, a exploração madeireira ilegal, o narcotráfico e até mesmo a apropriação de terras com documentos falsos. No caso de Rondônia, algumas dessas atividades já invadiram as ANPs, como a Reserva Jaru, o Parque Nacional Jamari, o Parque Nacional Bom Futuro e a Floresta Nacional Jacundá, que atualmente apresentam um alto nível de degradação e fragmentação, ameaçando sua função de conservação e conectividade ecológica.

Apesar dos valiosos esforços de conservação realizados pelos povos indígenas e pelas comunidades locais, com base em seus sistemas de conhecimento e gestão territorial, e da vontade dos governos ao declararem áreas naturais protegidas, esses esforços, por si só, não são ou não serão suficientes. Se as tendências de desmatamento nas áreas vizinhas continuarem, essas zonas protegidas acabarão isoladas”, alerta Rojas.

O CONHECIMENTO ANCESTRAL E A COOPERAÇÃO REGIONAL PODEM SALVAR A AMAZÔNIA

Às vésperas da COP16 de Biodiversidade na Colômbia (outubro de 2024) e da COP30 de Mudança Climática no Brasil (novembro de 2025), esta análise destaca o papel crucial dos povos indígenas e das comunidades locais para a salvaguarda da conectividade ecológica. Nesse sentido, a Aliança NorAmazônica (ANA) e a RAISG recomendam integrar os saberes e territórios indígenas e das comunidades tradicionais nas estratégias locais, regionais e globais para a proteção da biodiversidade, a partir do exercício pleno de sua autonomia, do reconhecimento de seus direitos e de sua participação nas decisões ambientais.

Da mesma forma, considerando que a Amazônia é um sistema interdependente, as organizações reforçam a necessidade de ações coordenadas entre os diferentes países amazônicos para conter o desmatamento e ampliar as áreas de proteção e uso sustentável, melhorando as condições de conectividade ecológica entre áreas bem conservadas, para garantir sua preservação no longo prazo. *“O avanço desordenado das atividades econômicas e o crescimento de grupos ligados ao narcotráfico exigem uma ação articulada e colaborativa entre os diferentes governos nacionais. Além de conter a destruição, é estratégico fortalecer e expandir as áreas naturais protegidas, os territórios indígenas e outras categorias de proteção e uso sustentável, com o objetivo de manter a conectividade e a resiliência da Amazônia”, conclui Angélica Garcia, secretária executiva da RAISG.*